



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Alçar os santos dos calabouços. O Museu e a Reparação da Dor

Autoria: Luz Stella Rodríguez Cáceres (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O seguimento das transformações pelas que objetos passam, permite dar conta deles em termos biográficos, como sugerido por Kopitoff, para enfatizar faces da sua vida, e em particular classificações e reclassificações que sem ser excludentes entre si, se sobrepõem e os singularizam em determinados momentos. Os recentes reclamos de restituição das coleções de objetos sagrados apreendidos legalmente pela Polícia Civil do Rio de Janeiro durante a Era Vargas, por parte de pessoas que individualmente ou organizadas e pertencentes às religiões de matriz africana, exigem que a trajetória dessa materialidade seja abordada em diálogo com a descolonização dos museus. Neste texto me centrarei na demanda liderada por uma pessoa estreitamente vinculada ao acervo do Depósito da Polícia na rua Joaquim Palhares e que de forma individual tem lutado para restaurar a dignidade dos objetos apreendidos pela Polícia, numa ação que antecede à conhecida Campanha Liberte Nosso Sagrado CLNS. Ditas demandas colocam em xeque uma pauta museográfica ultrapassada ligada ao racismo, que expõe ferida do colonialismo interno e requiere de novos arranjos curatoriais ao interior do museu; que a pesar das críticas continua sendo visto como espaço responsável pela construção de significados legítimos e como o lugar para a reparação de erros historicamente atestados.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: